

Quadro informativo



Pregão Eletrônico N° 3/2023 (Lei 14.133/2021)

UASG 440001 - SUBSECRET. DE PLANEJ., ORÇ. E ADMINISTRAÇÃO 

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto



Compra está aberta para participação 

Avisos (0)

Impugnações (0)

Esclarecimentos (5)

14/09/2023 12:55



1 Podemos entender que será verificada mediante declaração de contratos já firmados para atendimento ao artigo 4 da lei 14133/2021, antes que ocorra o desempate entre os licitantes?

2 - Após a verificação quanto às declarações de contratos firmados, e confirmada a veracidade ou não das informações apresentadas pelos licitantes mediante diligência quanto às informações prestadas, se ainda subsistir empresas empatadas, o procedimento de desempate se dará da seguinte forma do item 6.21.1 do Edital?

3 - De que forma será verificado pelo pregoeiro o atendimento pelos licitantes, quanto ao exigido no §2º do artigo 4 da Lei 14.133/2021?

4 - Os licitantes que apresentarem declaração falsa quanto à celebração de contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima para fins de enquadramento como epp, serão punidos?



1) De acordo com o previsto no subitem 4.4 do Instrumento Convocatório "O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021."

O referido subitem está em consonância com o parágrafo 2º do artigo 4 da lei 14.133/2021, sendo que o mesmo, estabelece que o órgão ou entidade deve exigir do licitante declaração de observância dos limite para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, na licitação. A licitante se sujeitará às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, em caso de declaração falsa.

2) Os critérios de desempate são os estabelecidos nos subitens 6.20 ao 6.21.1.4 do Edital. Todos serão aplicados se necessário. Quanto ao enquadramento, cabe ao licitante observar se faz jus nos termos da legislação vigente em caso de declaração falsa, se sujeitará às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3) Conforme estabelecido no subitem 7.4 do Edital "Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.4 deste edital.". Em caso de declaração falsa, poderá sofrer sanções previstas no instrumento convocatório.

4) O subitem 4.5 do Edital prevê que a falsidade da declaração com relação a licitante/fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Instrumento convocatório (Edital). As infrações administrativas e sanções estão definidas no item 10 do instrumento convocatório, conforme descrito a seguir:

"10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

(...)

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

(...)

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 5% a 30% do valor do contrato licitado. "

Assim, cabe ao licitante observar a legislação vigente quanto ao seu enquadramento.



05/09/2023 13:18



PERGUNTAS "in verbis":



05/09/2023 13:15



PERGUNTAS "in verbis":



RESPOSTAS:



05/09/2023 13:14



PERGUNTAS "in verbis":



RESPOSTAS:



04/09/2023 16:17



PERGUNTAS "in verbis":



RESPOSTAS:



Incluir esclarecimento



Acesso à Informação